



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**QUADRO INFORMATIVO**

OBJETO:	Contratação de empresa para fornecimento de Subscrição de Softwares Microsoft, com vistas a atender às necessidades do TRE/ES, incluindo atualizações e suporte.
CATMAT/CATSER:	26077 [Software como Serviço – SAAS]
QUANTITATIVOS:	43 licenças do Microsoft Power BI PRO
CARACTERÍSTICAS:	Licença Pro do Microsoft POWER BI PRO por usuário
DETALHAMENTO:	Microsoft POWER BI PRO PER USER (AAA-12628)

**1. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO**

**1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1. Contratação de empresa para fornecimento de Subscrição de Softwares Microsoft, com vistas a atender às necessidades do TRE/ES, incluindo atualizações e suporte.

**1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO**

1. Microsoft POWER BI PRO PER USER (AAA-12628).

**1.3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA**

**1. GERAIS**

1. Todos os produtos contratados devem permitir a atualização para novas versões que forem disponibilizadas, bem como incorporar benefícios do avanço tecnológico aos usuários;
2. Compatibilidade com o ambiente de correio eletrônico Microsoft Exchange On-Premises (interno) e híbrido, plataforma servidora de correio eletrônico utilizada atualmente pelo TRE/ES;
3. A ferramenta Power BI PRO fornecida pela empresa Microsoft é definida como um serviço de software cuja especificação é fornecida pela empresa;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

4. As licenças deverão ser fornecidas pelo contrato de licenciamento MPSA (Microsoft Products and Services Agreement).

## 2. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. Todas as informações inseridas na ferramenta estarão sujeitas à política de privacidade de dados pessoais e institucionais;
2. Haverá compartilhamento de dados pessoais controlados pelo Tribunal e exigidos pela legislação como o nome da equipe de planejamento da contratação e dos integrantes da equipe de fiscalização contratual;
3. Não haverá publicação externa de informações sensíveis do Tribunal utilizando a ferramenta;
4. A Contratada ou seu representante deverá assinar termo de manutenção de sigilo ou de ciência da manutenção de sigilo;
5. A Contratada e empresa parceira ficam sujeitas à Resolução nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação (PSI) da Justiça Eleitoral e à Portaria nº 162/2021, incluindo anexos), no que couber.

### 1.4. QUANTIFICAÇÃO OU ESTIMATIVA PRÉVIA

1. Em levantamento realizado foram determinadas as seguintes quantidades:

#	SKU	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE/LICENÇAS
1	AAA-12628	Power BI PRO	43

### ESTIMATIVA DE PREÇO

1. Conforme despacho SECOM [0813298](#), a estimativa de custo da aquisição é:

Descrição	Quantidade de Licenças	Preço Médio Unitário Cotado	Preço Médio Cotado
Power BI PRO	43	R\$ 758,18	R\$ 32.601,74

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E RESULTADOS

1. A evolução tecnológica que vem sendo aplicada ao TRE/ES e as novas necessidades emergentes no que tange a adequação às normas regulamentares impactam diretamente a natureza das tecnologias utilizadas para suportar as funções negociais da instituição. A crescente demanda por entrega eficiente dos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

- serviços necessários ao cumprimento da missão institucional obriga que as atividades que subsidiam o processo negocial sejam cada vez mais eficazes e produzam a resposta desejada;
2. Diversos investimentos têm sido realizados no parque computacional, para suportar atividades como Mensageria Eletrônica, hospedagem de sítio interno e externo do Tribunal, aplicações de segurança, aplicações de suporte ao processo eletrônico, bem como a hospedagem das aplicações utilizadas pelas unidades do TRE/ES. O investimento no licenciamento da plataforma Office 365 E1 tem trazido aos usuários do Tribunal a possibilidade de utilização de soluções de tecnologia ágeis e funcionais. Atualmente, estão licenciados 532 usuários na plataforma Office 365 E1, utilizando o pacote Office On-line, Teams, Sharepoint, armazenamento OneDrive, Power Apps e Power Automate. A prestação de serviços das unidades é fortemente apoiada pela solução Sharepoint. Após a publicação na intranet e internet e a necessidade de se manterem atualizadas as informações, mantendo conectados os colaboradores, para a melhoria do pilar de entrega de serviços da TIC, constatou-se a necessidade de funcionalidades não incluídas no pacote E1, ora licenciado pelo Tribunal;
  3. Atualmente, todo o controle e acompanhamento de execução do Plano Diretor de TIC – PDTIC (ciclo 2021-2026) e o gerenciamento dos relatórios relativos aos Planos de Contratações é realizado utilizando-se a ferramenta Power BI (versão gratuita). A evolução contínua da utilização de sistemas de análise de dados de forma descentralizada e célere, bem como sua exibição que apoia fortemente as tomadas de decisão gerenciais, pode ser amplamente apoiada pelo Power BI. Na contratação anterior, o Tribunal optou por um modelo de licenciamento mais voltado à comunicação e trabalho on-line. A utilização de Power BI Pro (destinado aos publicadores de relatórios, dashboards e conjuntos de dados) tem o potencial de alavancar o controle e a análise dos dados gerados internamente pela instituição. O aumento da necessidade de disponibilização de dados para os agentes externos como também a necessidade de melhoria da gestão da segurança interna na manipulação dos dados tornou-se essencial. Ocorreu também o aumento da demanda pela segmentação do acesso aos dados, de tal forma que se consiga ofertar os dados adequados, com a infraestrutura de segurança necessária. Almeja-se suprir essa necessidade pela utilização de Power BI Pro, que não está disponível no pacote de serviços E1 adquirido pelo TRE/ES, está incluída somente no pacote E5 ou em aquisições chamada "add-on", que correspondem a adicionar recursos à parte do pacote fornecido. A primeira modalidade não é compatível com as licenças atualmente existentes no Tribunal, daí a opção pela segunda;
  4. **Power BI.** O Power BI é um serviço de análise de negócios da Microsoft lançado a 24 de julho de 2015. O objetivo do Power BI é fornecer visualizações interativas e recursos de business intelligence com uma interface simples para



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

que os usuários finais criem os seus próprios relatórios e dashboards. Algumas das áreas onde o Power BI é utilizado são: Finanças, Engenharia, Tecnologias de Informação, Marketing e Saúde. Algumas vantagens do Power BI relativamente às outras ferramentas de visualização são: capacidade de carregar visualizações personalizadas através do AppSource, acesso à informação em tempo real, acesso de informação em qualquer aplicativo móvel, atualização mensal com novas funções e facilidade de uso.

5. **Power BI Gratuito.** Atualmente o TRE/ES utiliza as licenças Power BI Gratuitas incorporadas ao pacote Office 365 E1. Com uma licença gratuita, é possível explorar o Power BI para visualização e análise de dados pessoais usando o "Meu Workspace", mas não é possível compartilhar com outros usuários, prejudicando o trabalho colaborativo em equipes e não é permitida a criação de mais de um workspace (área de trabalho), dificultando a organização dos projetos. O único método de compartilhamento é através de um relatório aberto para usuários com licença gratuita que é publicado na Web. Isso torna o relatório disponível publicamente em [app.powerbi.com](https://app.powerbi.com). Essa publicação na Web permite compartilhar relatórios com todos na Internet, esse compartilhamento é recomendado somente para dados públicos. A partir da publicação de um relatório na Web, ele torna-se público, possibilitando a qualquer pessoa na Internet o acesso. Outras análises realizadas:

1. No uso de conta externa ou on-premise, o compartilhamento de arquivos fica restrito ao uso no OneDrive pessoal, limitando o uso dos arquivos institucionais dentro do SharePoint;
2. O uso de conta externa ou on-premise, impossibilita ou torna mais complexa e trabalhosa o uso de ferramentas disponíveis no Office 365, como Power Automate, Outlook etc;
3. O e-mail on-premise não permite um uso adequado fora do ambiente institucional do Office 365;
4. Um e-mail completamente externo fica fora do ambiente institucional, o que dificulta e limita o uso da ferramenta Power BI dentro do Tribunal;
5. A tentativa de sincronizar e compatibilizar, seja uma conta gerada pelo e-mail on-premise, seja um e-mail criado externamente, além de ser um foco de vulnerabilidade, deixa o uso da ferramenta bem mais complexo, podendo gerar uma quantidade maior de suporte técnico;
6. O uso do Power BI gratuito não permite a criação de workspaces, ferramenta que auxilia na organização dos painéis do Power BI;
7. O uso do Power BI gratuito não permite o compartilhamento de painéis, relatórios e conjunto de dados entre usuários, dificultando o trabalho em equipe e a apresentação de resultados para os superiores;
8. O uso do Power BI gratuito não permite o compartilhamento de dashboards entre usuários;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

9. O uso do Power BI gratuito permite uma colaboração por meio do Microsoft Teams de forma bem limitada;
  10. O uso do Power BI gratuito não permite o uso de funcionalidades de análise inteligentes mais aprimoradas;
  11. A administração da aplicação em uma conta criada com e-mail on-premise fica associada ao pessoal que administra a conta, mas, segundo a SGIR, não há painel liberado para administrar o Power BI, pois a aplicação não pertence ao pacote Office 365 E1, adquirido.
6. **Power BI Pro.** Uma licença Pro possui todos os recursos da licença gratuita, além de 10 GB de armazenamento, tamanho máximo de relatório de 1 GB, 8 atualizações automáticas por dia, com um mínimo de 30 minutos entre atualizações. A principal diferença em relação à versão gratuita é que os usuários podem compartilhar relatórios e painéis com outros usuários e podem criar e compartilhar diferentes áreas de trabalho.
  7. Destaca-se, ainda, a limitação das aplicações on-line em funcionalidades avançadas e requeridas para análise de cenários, controle de proteção para documentos, como por exemplo, a inclusão de senhas em planilhas eletrônicas e documentos diversos. Essas funcionalidades só estão disponíveis nas versões para Desktop das aplicações Microsoft. A instalação das aplicações Desktop só estão disponíveis a partir do plano E3.
  8. O objetivo primário é oferecer soluções de software que continuem a suportar as atividades desenvolvidas no Tribunal, por meio de mecanismos que ofereçam segurança, estabilidade e confiabilidade. Nesse sentido, a STI tem buscado a melhoria constante de seus processos, promovendo atualização do parque computacional e disponibilizando ferramentas de produtividade a serem utilizadas pelos colaboradores dessa corte eleitoral.

## 2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

1. Esta contratação está alinhada ao Macrodesafio n.º 6, Aperfeiçoamento da gestão administrativa e governança judiciária.
2. A contratação tem alinhamento ao PDTIC no princípio P7 (Garantia da melhoria contínua da infra estrutura de TIC), bem como à diretriz D5 (Promover a melhoria dos sistemas de informação).

## 2.3. REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. Os estudos técnicos realizados encontram-se incluídos no documento SEI n.º [0793476](#).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## 2.4. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A STIC A SER CONTRATADA

1. Para a ferramenta POWER BI PRO, forma levantadas as seguintes quantidades junto à unidades (maiores detalhes na Informação [0793682](#)):

UNIDADE	JUSTIFICA	QTD
Unidade de Auditoria Interna	- Relatórios de Auditoria; - Apresentações e Gráficos a partir de consultas ao Tesouro Gerencial; - Relatórios de Prestação de Contas Partidárias e Eleitorais.	3
Encarregado de Dados	Para uso nas atividades de proteção de dados pessoais	2
SAO/GABINETE	Solicitamos 4 licenças, uma para o gabinete da SAO e uma para cada coordenadoria (COMAP, COF e COSEG). A ferramenta será utilizada na elaboração de relatórios diversos atinentes às atribuições gerenciais de cada uma das unidades citadas.	4
SGP/CFP	Aprimorar as possibilidades de gerenciar dados relacionados às atividades / entregas da Unidade internamente e/ou de disponibilizá-los a agentes externos, com segurança.	3
SGP/CODEG	Para as Seções desta Coordenadoria será de grande importância por conta da facilidade para o preenchimento dos dados pertinentes a cada Seção (SGD - dados de estagiários, progressão dos servidores; STC - os treinamentos realizados; SASP - atestados médicos, periódicos, dentre outros)	6
SGP/COPE	Elaboração de relatórios dos diversos sistemas e bancos de dados.	5
SGP/GABINETE	São duas licenças, sendo uma para o Gabinete da SGP e outra para o NUVAH, núcleo que será formado com a reestruturação, e que terá a servidora Adriana Petersen à frente dos trabalhos daquele setor. Justifica-se o pedido para o Gabinete em razão da possibilidade de trabalho com dados, inclusive com o incremento de informações em eventuais relatórios recebidos dos demais setores da SGP. Para o NUVAH, justifica-se pelo fato de que a servidora Adriana Petersen estar lotada atualmente no Gabinete da SGP, e porque atua também em comissões, como do	2



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

	PQVT, lidando com dados, o mesmo devendo ocorrer quando do trabalho no NUVAH.	
SGP/GABINETE	Geração de relatórios diversos da área de RH, em complemento ao trabalho das unidades subordinadas.	1
STI/CSGIT	Consolidação de relatórios gerenciais da área.	6
STI/CIS	Licenças para a Seção de Banco de Dados, responsável pela produção da dashboards a partir de diversas bases de dados deste TRE. 01 licença para cada servidor.	5
STI/CGELC	A servidora da SCIE utilizará para elaborar painéis de informações estatísticas a usuários externos e internos relacionados aos pleitos. O servidor da SVI utilizará para levantamento de dados extraídos da urna eletrônica para embasamento de ações da seção e fornecimento de informações à administração.	2
STI/CSGIT/SAGGI	O principal benefício certamente será o acesso ao conteúdo existente no workspace (área de trabalho), com a possibilidade de compartilhamento das informações. Além disso, as seguintes atividades justificam o uso da ferramenta MICROSOFT POWER BI PRO: . Publicar conteúdo em outros WORKSPACES (áreas de trabalho); . Gerar e compartilhar DASHBOARDS (painéis de controle) com usuários que têm uma licença Pro; . Assinar DASHBOARDS (painéis de controle) e relatórios; . Distribuir conteúdo a usuários que têm licenças gratuitas; . Possibilidade de conectar dados de várias fontes (tabelas, planilhas, csv) e outros fluxos de dados com o uso da ferramenta Power BI Desktop e na versão on-line da ferramenta; . Publicar DASHBOARDS (painéis de controle) e relatórios dinâmicos em link de acesso público e IFRAMES com a possibilidade de ajustes de tamanho e definição de página principal; . Utilizar o editor de Power Query para conectar, preparar e transformar dados; . Adicionar, editar ou remover relacionamentos entre tabelas; . Criar, alterar ou excluir funções de segurança . Aplicar filtros nas páginas dos relatórios dinâmicos; . Criar visuais utilizando gráficos diversos, cartões, relatórios paginados, segmentações de dados. entre outros;	3





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

	<ul style="list-style-type: none"><li>. Permitir LOGIN aos recursos on-line do Power BI;</li><li>. Criar diferentes WORKSPACES (áreas de trabalho) e compartilhar essas áreas com pessoas que possuam licenças Pro;</li><li>. Acessar diferentes WORKSPACES (áreas de trabalho) de pessoas que possuam licenças Pro.</li><li>. Gerar relatórios dinâmicos para publicação a partir de planilhas excel on-line ou desktop;</li><li>. Publicar relatórios e DASHBOARDS diversos;</li><li>. Publicar painéis de execução de planos diversos;</li><li>. Gerar relatórios de acompanhamento da execução e publicações de planos diversos.</li></ul>	
STI/GABINETE	Para gerar quadro de indicadores	1
Total Geral		<b>43</b>

## 2.5. JUSTIFICATIVA DA STIC ESCOLHIDA

1. Inicialmente deve-se atentar para o fato de que não se trata apenas da aquisição de uma ferramenta de análise e publicação de dados. Devido aos requisitos de segurança da informação institucionais e dos riscos associados ao crescente número de ataques cibernéticos bem-sucedidos, que podem produzir um elevado prejuízo ao TRE/ES, ressalta-se que as soluções carecem de um alto grau de compatibilidade com a atual infraestrutura tecnológica do Tribunal. Mesmo as soluções totalmente gratuitas devem ser analisadas na ótica atual da segurança da informação;
2. O direcionamento para a solução Power BI Pro se deu após a aquisição do pacote Office 365 E1, em 2021, que passou a compor a infraestrutura de TIC do Tribunal. A solução adquirida permite o uso somente da versão gratuita do Power BI, que é limitada e não permite a criação de áreas de trabalho ou o compartilhamento entre equipes de tais áreas;
3. A aquisição de soluções alternativas ao Microsoft Power BI PRO exporia a estrutura de segurança mantida dentro do ecossistema Microsoft, limitaria o compartilhamento de informações e criaria a necessidade de se realizar aquisições adicionais para garantir a segurança da solução “alienígena” por ventura adquirida. Sem o suporte adequado e as atualizações recomendadas para a hipótese de um modelo híbrido, o fracasso da solução é quase certo;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

4. Com base nessa análise e nos estudos realizados, a equipe de planejamento da contratação recomenda a contratação da solução apontada no estudo. A solução, além de atender aos requisitos de negócio, possui maior compatibilidade com o ecossistema tecnológico existente na instituição e não expõe o Tribunal aos riscos do uso de uma ferramenta gratuita sem o devida garantia e suporte do fornecedor.

### **3. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. FORMA DE PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante que ofertar o MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM. Não haverá parcelamento do objeto.

#### **3.2. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

1. Conforme despacho SL [0814793](#), a modalidade indicada é o Pregão eletrônico e o tipo menor preço total por item. Para habilitação o licitante deverá:

- 1 – estar inscrito no SICAF, com a documentação obrigatória regularizada;
- 2 – apresentar prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede ou do domicílio da empresa licitante;
- 3 – apresentar prova de regularidade com a Justiça do Trabalho;
- 4 – preencher, no momento do envio da proposta comercial, no sistema Comprasnet, a seguinte declaração:
  - a) De que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/1993.
- 5 – apresentar qualificação técnica;
- 6 – apresentar qualificação econômico-financeira.

#### **3.3. MARGEM DE PREFERÊNCIA**

1. Não se aplica à presente contratação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

### 3.4. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Conforme despacho SEPLAN [0894673](#), a classificação é:

PROGRAMA DE TRABALHO	02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado do Espírito Santo
NATUREZA DA DESPESA:	339040 – Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ
SUBITEM DA DESPESA:	06 – Locação de software
PLANO INTERNO	TIC LOCSOF

### 3.5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

1. A vigência da contratação será de **12 meses**, permitida a prorrogação na forma da lei;
2. A prorrogação será vinculada somente ao número de licenças contratadas.

### 3.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. A empresa licitante deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega da Proposta:
  - a) Declaração de Capacidade Técnica, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de, pelo menos, **21 licenças Power BI PRO ou Premium** de modo satisfatório;
  - b) Para o atendimento do quantitativo no item anterior (Declaração de Capacidade Técnica), será permitido o somatório de declarações de capacidade técnica;
2. Apresentação, para fins de qualificação econômico-financeira, certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, que se encontre dentro do prazo de validade. Caso não haja prazo de validade especificado no documento, será considerado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua expedição;

### 3.7. DA PROPOSTA

1. A empresa deverá comprovar, durante a sessão pública de licitação, ser um revendedor qualificado LSP (*Large Solution Partners*) habilitado a atender contas do governo;
2. A comprovação do item anterior poderá ser feita por meio de declaração, certidão ou documento equivalente emitido pela subsidiária Microsoft



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

estabelecida no Brasil ou pela Microsoft Corporation sediada nos Estados Unidos;

3. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

#### **4. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

1. Acompanhar e fiscalizar, através do responsável pela fiscalização do Contrato, o desenvolvimento e fiel execução dos serviços e a validade das licenças;
2. Prover todas as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades contratadas;
3. Comunicar formalmente à Contratada sobre alterações que entender necessárias à realização do objeto do contrato, em especial, a ocorrência de falhas ocorridas e a aplicação de sanções;
4. Notificar, por escrito, à Contratada, ocorrências de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços;
5. Efetuar o pagamento na forma pactuada e atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto contratado;
6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada, pertinentes ao objeto do contrato;
7. Ficará sob a responsabilidade do Contratante fornecer quaisquer informações necessárias à execução do objeto contratado;
8. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste instrumento, mediante:
  - a) Verificação qualitativa do serviço (Aceite Definitivo);
  - b) Apresentação do respectivo documento fiscal.

#### **5. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

1. A Contratada deverá fornecer certificado de registro do direito de atualização das licenças no site do fabricante pelo período de 12 (doze) meses;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

2. Deverá prestar o serviço de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;
3. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização, relativamente à prestação dos serviços;
4. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação durante toda a execução do contrato;
5. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos seus empregados quando da prestação dos serviços;
6. Atender às solicitações do Contratante, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativo, cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos, ou quaisquer outras solicitações inerentes ao objeto do contrato, sempre dentro dos prazos definidos neste Termo de Referência;
7. Manter o sigilo de dados e informações que tenha acesso, ficando vedada expressamente a retirada de dados e informações contidas nos armazenamentos do Contratante, sob pena de responsabilidade civil e criminal, na forma da lei. A assinatura dos termos de sigilo (ADENDOS I e II) é compulsória;
8. Indicar ao Contratante o nome, telefone e e-mail do responsável com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao responsável pela gestão/fiscalização do contrato;
9. Substituir, sempre que exigido pelo Contratante e independentemente de justificação por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, produtividade, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;
10. Responsabilizar-se integralmente perante a administração pública federal e responsabilizar-se solidária e ilimitadamente em relação ao terceiro prejudicado por culpa ou dolo, seu ou de seus funcionários, quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento pela Administração;
11. Garantir que todas as licenças adquiridas estejam aptas a serem registradas no Centro de Atendimento de Licenciamento por Volume da Microsoft;
12. Garantir que os serviços adquiridos sejam fornecidos dentro dos prazos estipulados neste Termo de Referência.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **6.1. FIXAÇÃO DAS ROTINAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

1. Da assinatura do contrato

a) Devem constar as seguintes informações no instrumento contratual, para fins da adequada condução das rotinas de execução contratual:

- Nome completo, telefone e e-mail do Gerente de Contas indicado pela CONTRATADA;
- Os canais de comunicação formais que a CONTRATANTE deverá usar para acionar o Gerente de Contas;
- Os canais de comunicação formais que a CONTRATANTE deverá usar para acionar o suporte técnico relativo a problemas na plataforma;
- O(s) endereço(s) eletrônico(s) da CONTRATANTE (Justiça Eleitoral) que servirá(ão) como canal de comunicação formal da CONTRATADA com a CONTRATANTE;
- Menção de que o **Termo de sigilo e confidencialidade** está vinculado ao contrato principal.

2. Da disponibilização das licenças:

a) **Fase 1** – Envio documentação das licenças, iniciação: Nessa fase prevê-se a liberação das licenças adquiridas já com a possibilidade de registro no site do fabricante, a explanação do processo de habilitação e integração do ambiente, apresentação de todos os requisitos necessários à habilitação e configuração do ambiente online já existente. Liberação das licenças adquiridas para registro junto ao fabricante;

b) **Fase 2** – Avaliação do ambiente atual em conjunto com a equipe técnica do TRE/ES e ajustes das novas licenças "Add-on": Nesta fase deverá ser feita a análise do ambiente atual e de origem dos dados e todos os requisitos necessários à habilitação e configuração das novas licenças ao ambiente online. Incluem-se nesta fase:

1. Orientações sobre as necessidades quanto a DNS, rede, conectividade e infraestrutura em geral;
2. Orientações sobre as necessidades de equidade quanto a sistemas operacionais, aplicativos e navegadores dos dispositivos que acessarão o ambiente, para garantir a completa compatibilidade com os recursos contratados;
3. Informações sobre a habilitação de serviços qualificados e definidos como parte das soluções;
4. Ajustes no ambiente atual;
5. *Checklist* com a análise de todos os pré-requisitos necessários habilitação e configuração do ambiente online e diretrizes de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

eventuais ajustes que o Contratante deverá executar em seu ambiente local e em nuvem.

**Tabela de Prazos**

Fase	Prazo para execução*	Início da contagem
Fase 1 – Envio documentação das licenças.	5 dias úteis	Assinatura do Contrato
Fase 2 – Validação e ajustes dos novos recursos.	5 dias úteis	Finalização da Fase 1
Prazo de correções eventuais	10 dias corridos	

\* Os prazos estipulados se referem a previsão para execução, mas havendo uma revisão durante o planejamento e execução dos serviços estes podem ser ajustados desde que aprovados pelo Contratante.

**6.2. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LEI Nº 13.709/2018)**

1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;
2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante;
3. A Contratada e seus representantes deverão assinar o documentos descritos no Adendo I e II deste termo.

**6.3. FORMA DE PAGAMENTO**

1. O pagamento será realizado, mediante depósito bancário na conta corrente da contratada, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada.
2. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela Contratada ao Gestor contratual;

**6.4. MODELOS DE TERMOS RELATIVOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

1. ADENDO I — MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

2. ADENDO II — MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E ACEITE DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;

3. Deve ser assinado o Termo de sigilo e confidencialidade (**ADENDOS I**) para garantir a segurança física e lógica de todos os documentos, cópias e informações digitais, onde a contratada se compromete a manter em sigilo quaisquer informações de ambiente tecnológico e de negócio da contratante a que tiver acesso.

4. No caso de colaboradores que tenham acesso à dados, o Termo de ciência e aceite das condições de manutenção de sigilo (**ADENDO II**) também deverá ser assinado. Neste caso, sempre que um novo colaborador for apresentado pela contratada, este colaborador deverá assinar um Termo de ciência.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 7.1. FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

1. A documentação que comprova a entrega das licenças deve ser encaminhada por meio digital para o email: [redes@tre-es.jus.br](mailto:redes@tre-es.jus.br), no prazo 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho ou da assinatura do instrumento contratual;

2. O Contratante somente aceitará os produtos em conformidade com as especificações do presente Termo de Referência ou com características superiores ao especificado, desde que cumpra os requisitos mínimos;

3. O Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos objeto do Contrato, se considerar em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência;

4. Todos os custos decorrentes da rejeição correrão por parte da Contratada.

### 7.2. INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE TESTE E INSPEÇÃO

1. O serviço de atualização das licenças será prestado dentro do período de vigência do contrato e consiste no fornecimento para o Contratante de todas as versões, *features*, *releases*, *fixes* e *service packs*, de forma a manter a solução permanentemente atualizada, bem como, no fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a plena utilização dos produtos licenciados sem custo adicional para o Contratante;

2. Caso haja atualização disponível da solução e o Contratante não consiga aplicá-la, este entrará em contato com a Contratada, que terá até 5 (cinco) dias para disponibilizá-la ao Contratante.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

### 7.3. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

1. A aceitação se dará em duas etapas:

**a) Provisoriamente:** se dará mediante a entrega das licenças e da nota fiscal, por meio do documento Termo de Recebimento Provisório que declara formalmente que as licenças e os serviços foram entregues e prestados para posterior análise das conformidades de qualidade, baseadas nos critérios de aceitação estabelecidos pelo Contratante, constantes deste Termo;

**b) Definitivamente:** se dará após **fase 2**, com a validação de acesso a todas as licenças adquiridas, por meio do documento Termo de Recebimento Definitivo que declara formalmente que as licenças entregues são licenças válidas e os serviços foram concluídos de maneira satisfatória e conforme estabelecido no acordo contratual ou como previsto em edital.

2. Correções eventuais: Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá sanar a desconformidade no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do prazo máximo de entrega, ou a partir da data do recebimento, pela contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável à contratada.

3. O Contratante terá **5 (cinco) dias úteis** após a conclusão da **fase 2** para realizar as avaliações sobre conformidade dos bens ou serviços entregues pela Contratada. Até o final deste prazo, em caso de conformidade, o Contratante emitirá o Termo de Recebimento Definitivo ou, em caso de não conformidade, emitirá Termo de Não Conformidade relacionando as não conformidades identificadas;

4. Caso o Contratante não realize a devida análise de conformidade nos prazos estipulados, a Contratada não poderá ser penalizada, devendo o tempo do atraso ser desconsiderado para fins de cumprimento dos prazos de atendimento associados.

### 7.4. INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE TESTE E INSPEÇÃO

1. Considerar-se-ão entregues as licenças somente quando os dados das licenças estiverem devidamente cadastrados e disponíveis no site do Centro de Atendimento de Licenciamento por Volume da Microsoft;

2. Se for constatado que o fornecimento das licenças não atende às condições estipuladas no Edital o Contratante se reserva o direito de suspender o



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isso lhe acarrete encargos financeiros adicionais.

## 7.5. RETENÇÕES OU GLOSAS

1. Não se aplica à presente contratação;

## 7.6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento contratual, as seguintes sanções poderão ser aplicadas:

Descumprimento	Percentual diário	Limite de dias corridos	Percentual total	Base de incidência
Atraso na liberação e validação das licenças adquiridas.	2 %	10	20 %	Valor do item
Atraso no prazo de correções eventuais	2%	10	20 %	Valor do item
Descumprimento de qualquer outra obrigação (por ocorrência)	--	--	0,5%	Total do contrato/empenho
Inexecução total	--	--	30%	Objeto inexecutado

2. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF;
3. A contagem do prazo de atraso inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto;
4. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 49 da Decreto nº 10.024/19;
5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo);
6. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração;
7. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos devidos pelo Contratante à Contratada, da garantia contratual apresentada ou cobrados judicialmente.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**ADENDO I - MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**

**MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, VINCULADO AO CONTRATO TRE-ES N.º XX/20xx, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO E A EMPRESA XXXXX**

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**, sediado na Rua João Batista Parra, 575 Praia do Suá, Vitória, ES, CNPJ n.º xxxxxxxx, doravante denominado **Contratante** e, de outro lado, a **EMPRESA XXXXX**, sediada em **XXXX**, CNPJ n.º xxxxxxxx, doravante denominada **Contratada**,

**CONSIDERANDO** que, em razão do **CONTRATO TRE-ES N.º XX/200X** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **Contratada** poderá vir a ter acesso a informações confidenciais do Contratante;

**CONSIDERANDO** a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações confidenciais, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO** doravante **TERMO**, acordo vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, de acordo com **Procedimento Administrativo n.º xxxx/20xx** e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**DO OBJETO**

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada proteção às **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** fornecidas pelo Contratante à **Contratada**, em razão do **CONTRATO PRINCIPAL**.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a toda informação escrita, verbal ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, base de dados, técnicas, designs, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, listagens e documentações com informações confidenciais, processos, projetos, outras informações técnicas, demais documentos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

e informações utilizados na execução dos serviços do contrato, dentre outros, denominadas **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, a que, diretamente ou através de seus diretores, empregados e/ou prepostos, venham lhe ser confiadas durante e em razão das tratativas realizadas e do **CONTRATO PRINCIPAL** celebrado entre as **PARTES**.

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a todas as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** que venham a ser fornecidas pelo Contratante.

Parágrafo Segundo - Compromete-se, outrossim, a **Contratada** a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos, faça uso dessas **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** de forma diversa da de executar o **CONTRATO PRINCIPAL**.

Parágrafo Terceiro - A **Contratada** deverá tomar as devidas providências para que as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** fiquem restritas ao conhecimento dos diretores, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas atividades, discussões, análises, reuniões e negócios, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial destas informações.

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### **DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE**

As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às informações que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### CLÁUSULA QUARTA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

## DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

A **Contratada** se compromete e se obriga a utilizar a **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** revelada pelo Contratante exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO PRINCIPAL**, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** se compromete a não efetuar qualquer cópia da informação confidencial sem o consentimento prévio e expresso do Contratante.

I - Este consentimento será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno, para os fins acima referidos, pelos diretores, empregados e/ou prepostos que necessitem conhecer tal informação, para os objetivos do **CONTRATO PRINCIPAL**.

Parágrafo Segundo - A **Contratada** compromete-se a dar ciência deste **TERMO** à direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do **CONTRATO PRINCIPAL**, bem como a obter deles o aceite formal das obrigações aqui dispostas.

I – A **Contratada** deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente **TERMO** e dará ciência à **Contratante** dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A **Contratada** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** do Contratante, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo Contratante.

Parágrafo Quarto - A **Contratada** tomará as medidas de cautela cabíveis, na mesma proporção em que tomaria para proteger suas próprias informações confidenciais, a fim de manter as informações confidenciais em sigilo.

Parágrafo Quinto – A **Contratada** compromete-se a separar as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** de propriedade da **Contratada** dos materiais confidenciais de terceiros para evitar que se misturem.

Parágrafo Sexto - A **Contratada** se obriga a submeter-se, na execução do **CONTRATO PRINCIPAL**, às diretrizes da Política de Segurança da Informação da **Contratada** e normativos correlacionados.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Parágrafo Sétimo - A Contratada deverá eliminar todo e qualquer dado pessoal da contratante na plataforma em um prazo de até seis meses contados do término do contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Todas as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** reveladas pelo Contratante à **Contratada** permanecem como propriedade exclusiva do Contratante, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DA VIGÊNCIA

O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** a que a **Contratada** teve acesso em razão do **CONTRATO PRINCIPAL**.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do **CONTRATO PRINCIPAL** firmado entre as **PARTES**. Neste caso, a **Contratada**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este **TERMO** é parte integrante e inseparável do **CONTRATO PRINCIPAL**.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as **PARTES** buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a **Contratada** manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A **Contratante** terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da **Contratada** na execução do **CONTRATO PRINCIPAL**.

II – A **Contratada** deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo Contratante, todas as informações requeridas pertinentes ao **CONTRATO PRINCIPAL**.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente **TERMO** somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a **Contratada** não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste **TERMO**, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a **Contratada**, serão incorporados a este **TERMO**, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

VIII – Este **TERMO** não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das **PARTES**, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA

**DO FORO**

As **PARTES** elegem o foro da **Seção Judiciária do Espírito Santo** para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente Termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e acordadas, as partes assinam este instrumento, em três vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Vitória, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

XXXXXX XXXXX

Diretor-Geral da Secretaria do TRE-ES

XXXXXXXXXXXX

REPRESENTANTE LEGAL DA Contratada



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**ADENDO II – MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E ACEITE DAS  
CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**

<b>Contrato nº</b>			
<b>Objeto:</b>			
<b>Contratante:</b>	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO		
<b>Gestor do Contrato:</b>			<b>Matrícula:</b>
<b>Contratada:</b>			<b>CNPJ:</b>
<b>Preposto da Contratada:</b>			<b>CPF:</b>

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência do termo de compromisso de manutenção de sigilo. Declaram ainda que, na execução de suas funções referentes ao contrato, cumprirão todas as disposições constantes no referido termo.

**Vitória, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.**

Funcionários da Contratada	
Nome/CPF	Nome/CPF
Nome/CPF	Nome/CPF
Nome/CPF	Nome/CPF
Nome/CPF	Nome/CPF

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (PORTARIA DG Nº  
68/2022)**

Integrantes Demandantes: BUENO BORGES DE SOUZA / FABIANO BAPTISTA CASTIGLIONI (substitutos: LUCAS RIBEIRO CARLIN / CARLOS EDUARDO LAQUINE)

Integrantes Técnicos: LUCAS RIBEIRO CARLIN / CARLOS EDUARDO LAQUINE (substitutos: BUENO BORGES DE SOUZA / FABIANO BAPTISTA CASTIGLIONI)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Integrante Administrativo: CARLOS ALBERTO DA ROCHA PADUA FILHO (substituto: JOSE ADRIANI BRUNELLI DESTEFFANI)

**Vitória, 19 de janeiro de 2023.**